





ÍNDICE

Conteúdo

1 - Relatório da Proposta de Orçamento.....	3
2 - Mapas Orçamentais.....	40
3 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.....	42
4 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal	51





1 - Relatório da Proposta de Orçamento

A - INTRODUÇÃO

O orçamento e as grandes opções do plano (GOP) para o ano de 2012 foram elaborados nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), tendo em consideração a atual conjuntura financeira nacional e internacional.

As restrições financeiras estipuladas no Orçamento de Estado para 2011, consubstanciadas, nomeadamente na redução de 5% das transferências da administração central para a administração local e conjugadas com o clima económico desfavorável, aconselham a uma postura de prudência e rigor acrescidos na elaboração dos instrumentos previsionais, nomeadamente no que respeita à avaliação das receitas, bem como nas opções e prioridades de investimento, as quais se encontram refletidas no Orçamento e GOP enquanto documentos previsionais para 2012.

Neste enquadramento macroeconómico, o Orçamento para 2012, define as expectativas de receitas a cobrar e os limites das despesas a realizar, na prossecução das atividades a desenvolver pelas diferentes unidades orgânicas que compõem os serviços do Município de Angra do Heroísmo.

Por seu turno, as Grandes Opções do Plano definem as linhas estratégicas de atuação do Município e são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelo Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR).

À Câmara Municipal compete, nos termos do artigo 64.º, n.º 2 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002,





de 11 de Janeiro, elaborar os documentos previsionais supracitados e propor à Assembleia Municipal a sua aprovação.

B - LINHAS GERAIS DE POLÍTICA ORÇAMENTAL

Face às limitações financeiras existentes, conforme sublinhado no ponto anterior, as linhas orientadoras do orçamento para 2012 estão definidas no sentido de gerar poupanças nas despesas correntes, especialmente na componente estrutural, com vista a dispor de recursos financeiros suficientes à concretização das atividades incluídas nas *Grandes Opções do Plano (GOP)*. Por outro lado, as receitas estão estimadas numa perspetiva conservadora.

Apesar das dificuldades impostas pelo enquadramento macroeconómico supracitado, o rigor presente na elaboração dos instrumentos previsionais para 2012 permite manter o nível de esforço do Município em áreas fundamentais.

Consciente da importância da intervenção da Autarquia no desenvolvimento social e económico do concelho, o executivo camarário elege as seguintes áreas agregadoras das atividades a realizar em 2012.

REDE VIÁRIA

Dando seguimento ao plano de reabilitação da rede viária municipal e obras complementares, bem como à necessidade de assegurar a manutenção e melhoramentos da sinalização viária e mobiliário urbano, serão realizados investimentos no valor de 2,4 milhões de euros, já integralmente assegurados no orçamento municipal e inscritos os respetivos projetos nas Grandes Opções do Plano, nomeadamente:

- *Reabilitação dos arruamentos do concelho - Pacote 3 (conclusão) - 1,3 milhões de euros, com comparticipação financeira no âmbito do programa*





Proconvergência. A finalização do investimento a realizar engloba a construção de novos arruamentos na freguesia do Raminho e da Ribeirinha e a repavimentação de arruamentos já existentes nas freguesias de N. Sra. da Conceição e S. Pedro. Com a conclusão deste Pacote, de grande intervenção na zona urbana, melhora-se substancialmente a rede viária de acesso ao centro Histórico, com a benfeitoria das condições de segurança e acessibilidade de peões e viatura. Esta intervenção é articulada com todas as entidades intervenientes na via, garantindo também assim um trabalho de qualidade e melhoria do serviço público.

- *Reabilitação dos arruamentos do concelho - Pacote 4* – Elaboração de todos os projetos necessários de intervenção nas referidas vias para 2012, com o valor global de 30.700 euros, com investimento previsto para 2013 no valor 1 milhão de euros, com comparticipação financeira no âmbito do programa *Proconvergência*. O conjunto de investimentos a realizar engloba a construção de novos arruamentos nas freguesias do Posto Santo, Terra Chã, Porto Judeu, Altares e Raminho e a repavimentação de arruamentos já existentes nas freguesias da S. Bartolomeu, S. Mateus, Cinco Ribeiras, Feteira, Terra-Chã, Santa Bárbara, Doze Ribeiras e Raminho.
- *Construção da estrada de acesso à escola da Ribeirinha* – € 321.360,00, sendo este investimento imprescindível à entrada em funcionamento da mesma, bem como uma via essencial para a melhoria da rede de infraestruturas viárias daquela freguesia.
- *Asfaltação de sobras de estrada* criando zonas de estacionamento resultantes do recuo de muros aquando do licenciamento de novas operações urbanísticas no valor de 50.000 euros valor definido para 2012, ficando um valor de 20.000 euros em não definido, aguardando o saldo de gerência.
- *Reparação e asfaltação de estradas, arruamentos, canadas e muros* - cerca de 350 mil euros (com a participação das juntas de freguesia em algumas situações) dos quais 150 mil serão executados por administração direta.





- *Intervenções diversas em sinalização, toponímia e mobiliário urbano* de 127 mil euros, ação continuada na melhoria da imagem urbana, bem como na adequação da segurança e controlo rodoviário.
- *Substituição dos programadores* dos semáforos existentes por materiais mais modernos que permitam uma manutenção mais fácil, no valor de 20 mil euros, continuando assim o investimento nesta área.

PARQUE ESCOLAR

Para o ano de 2012 estão previstos investimentos e outras despesas na área da educação que atingem 3,4 milhões de euros com destaque para a conclusão da nova escola do ensino básico da Ribeirinha (2,8 milhões de euros) e para a construção do pavilhão desportivo da escola do Posto Santo (547.040 euros). Este será constituído por uma área de jogo destinada aos alunos e público em geral, preparada para a prática das modalidades de futsal, andebol, basquetebol e voleibol e disporá de uma bancada para o público bem como de acessos adaptados a pessoas com mobilidade condicionada. Um projeto que vem reforçar o Parque Escolar em termos de equipamento desportivo, sendo mais uma peça do puzzle para uma futura rede de pavilhões desportivos ao nível do concelho.

Para além destes importantes investimentos está prevista, também, a remodelação das redes de infraestruturas de abastecimento de gás em diversos edifícios escolares (31.200 euros).

PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

Planeamento

Ao nível do planeamento destaca-se a finalização do Plano de Pormenor e Salvaguarda da Zona Classificada de Angra do Heroísmo com 45.139 euros o qual deverá ficar concluído e aprovado.





Pretende-se ainda iniciar o processo de elaboração do Plano de Urbanização da zona nascente da cidade com a colaboração do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da F.A.U.T.L. no valor de 50 mil euros.

Pretende-se, ainda, ao nível do tráfego, a aquisição de um estudo de circulação e estacionamento para a cidade de Angra do Heroísmo que venha colmatar as atuais falhas inerentes ao aumento do parque automóvel dos últimos 12 anos, período ao longo do qual vigorou o anterior estudo.

Dever-se-á dar início aos primeiros estudos de avaliação, em conjunto com as diferentes Juntas de Freguesia, de forma a se proceder em anos posteriores à revisão legal obrigatória do Plano Diretor Municipal que deverá vigorar em pleno até Novembro de 2014, com um investimento global previsto para os anos subsequentes no valor de 240 mil euros.

Requalificação Urbana

Ao nível da requalificação urbana destaca-se a empreitada de *Requalificação dos Pavimentos em Calçada na Zona Classificada* – € 775.868,00. Esta intervenção visa uniformizar a qualidade das calçadas sujeitas a sucessivas intervenções, nos últimos anos, e reavivar o mobiliário urbano e sinalização de trânsito, além de permitir a renovação de diversas infraestruturas subterrâneas. Esta empreitada conjuntamente com o Pacote 3 e com a empreitada de Requalificação dos Pavimentos das calçadas, têm como objetivo a melhoria de toda a rede de estradas da Zona Classificada e da zona de proteção à mesma.

Prevê-se também, no início do ano, o lançamento de um procedimento de concurso público para a adjudicação da elaboração dum projeto técnico, no valor de 214.600 euros, para a subsequente construção da obra de remodelação do Mercado Duque de Bragança,

O objetivo desta obra é manter vivo o mercado tradicional, conhecido popularmente como "praça" através da identidade do lugar enquanto espaço de grande utilidade pública.





A revitalização do mercado será um novo espaço para a cidade. Um local onde o comércio e a cultura estarão integrados e que além do mais se apresenta como alternativa ao centro histórico nessas duas vertentes. Ao mesmo tempo o projeto propõe que a ocupação não seja monocórdica, isto é, prevê-se um café, restaurante, lojas de flores e artesanato. Esta pode ser a melhor forma de garantir o sucesso de um novo espaço comercial.

O Mercado Municipal já se assumiu, há muito, como um espaço de referência no quotidiano da cidade, e isto significa lugar, significa memória coletiva, que importa preservar, dignificar e modernizar.

É portanto uma obra emblemática do Concelho, na valorização de produtos locais e revitalização da cidade, permitindo assim que os Angrenses a vivam de maneira diferente.

Proceder-se-á igualmente à requalificação de parte do Jardim Duque da Terceira ao nível do arranjo paisagístico da envolvente da nova casa de chá cuja empreitada já decorre indo terminar precisamente no ano de 2012.

Prevê-se também uma verba para a realização de obras coercivas após posse administrativa de edifícios nos termos do preconizado no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.

CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

Do valor global previsto no orçamento de 2012 para esta área aproximadamente 3 milhões de euros, destes 2,1 milhões de euros estão destinados à cultura e 900 mil ao desporto e tempos livres.

Os recursos financeiros a canalizar para a cultura são distribuídos por duas grandes áreas de intervenção, designadamente a actividade cultural onde serão realizadas despesas no montante global cerca de 1,2 milhões de euros e as infraestruturas e património cultural.





Para a concepção, definição e implementação das actividades culturais e desportivas salienta-se a avaliação para o projecto de reabilitação do Teatro Angrense (30 mil euros) encontrando-se também previstas as colaborações com a Culturangra e Tertúlia Tauromáquica Terceirence, suportadas pela comparticipação financeira da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no montante global de aproximadamente 580 mil euros.

Das despesas a realizar no âmbito do desporto e tempos livres, 200 mil euros destinam-se a apoiar financeiramente diversas instituições desportivas. Durante o ano 2012 serão também efectuados investimentos em infraestruturas e equipamentos; na manutenção de relvados sintéticos com cerca de 22 mil euros; na reformulação do projecto de arquitectura e especialidades para a requalificação e ampliação do edifício do Clube Náutico, com vista a satisfazer as novas exigências legais, nomeadamente, no âmbito do comportamento térmico, certificação energética, acessibilidades e plano de segurança (80 mil euros); na reabilitação da sede do Sport Club Angrense (45 mil euros); na construção da sede da União dos Rádios Amadores (30 mil euros) e intervenções diversas em zonas balneares e de lazer, reparações nas zonas balneares; no projecto de requalificação da zona balnear da Salga e reparações no parque de campismo da salga no valor de aproximadamente 50 mil euros.

FREGUESIAS

Em 2012 através das delegações de competências nas freguesias, pretende-se dar continuidade à descentralização administrativa, com vista a manter a proximidade do poder local às populações. Para este efeito, serão transferidos aproximadamente 680 mil euros, ao abrigo de protocolos a celebrar com as Freguesias do Concelho de Angra do Heroísmo.





Do conjunto de intervenções a serem efectuadas pelas juntas de freguesia (JF) destaca-se, designadamente, a manutenção de urbanizações sociais (30 mil euros), a limpeza de arruamentos (189 mil euros), a requalificação de espaços públicos (115 mil euros), a colocação de placas informativas, construção e conservação de pavimentos, asfaltagem e recuperação de muros em canadas e parque de estacionamento (136 mil euros).

No que respeita às instalações e equipamento serão concretizadas transferências financeiras do município destinadas, por um lado, à conservação de casas mortuárias e/ou cemitérios, campos de jogos, nomeadamente, na Freguesia do Raminho, Porto Judeu, Cinco Ribeiras, Doze Ribeiras e Serreta e, por outro, conservação de zonas de lazer e/ou parque de merendas, designadamente, na Freguesia do Raminho e São Bento, entre outros (95 mil euros).

AMBIENTE

Os investimentos a realizar na área Habitacional e Serviços Colectivos previstos no orçamento de 2012 correspondem 822.120 mil euros para abastecimento de água e 150 mil visam dar cumprimento ao acordo extra- judicial relativo ao processo da ETAR.

No que respeita ao tratamento dos resíduos sólidos estão inscritos no orçamento de 2012 cerca de 188,7 mil euros, os quais correspondem a transferências a efectuar para as juntas de freguesia, ao abrigo dos protocolos de delegação de competências, destinadas à limpeza de arruamentos.

Para o abastecimento de água estão previstos 0,822 milhões de euros a serem investidos pelos SMAH, designadamente na pesquisa e construção de novas



infraestruturas de captação de água, bem como na substituição de redes de distribuição mais antigas, a fim de melhorar as condições de fornecimento de água aos munícipes.

ACÇÃO SOCIAL

A estimativa das despesas com a proteção social dos munícipes é de 165 mil euros.

No âmbito da política definida pelo Município para a área social destaca-se, pelo impacto nas famílias e sociedade, a problemática da toxicodependência com a continuidade e de campanhas de sensibilização sobre os consumos de substâncias psicoativas junto da população escolar e o policiamento no Porto Pipas.

De referir, ainda, o apoio à melhoria das condições de habitação no concelho, designadamente, através de apoios em espécie ou serviços externos e o apoio a idosos considerado premente, face ao progressivo envelhecimento da população residente no Município. Neste contexto, será *dado continuidade ao programa Cartão Municipal do Idoso; ao Serviço de Teleassistência para Idosos em Situação de Dependência;*

Na área da juventude destaque-se o programa *Bolsangra*, através do qual são atribuídas bolsas de estudo a estudantes residentes no Concelho, matriculados e inscritos em estabelecimentos de ensino superior universitário, ou curso técnico de nível 4 e 5. Do conjunto dos deveres do bolseiro releva-se a obrigatoriedade de disponibilização de 75 horas por ano para realização gratuita de tarefas relacionadas com o curso frequentado.





Em termos de infraestruturas sociais importa referir a comparticipação do Município na aquisição de habitação para fins sociais e culturais na freguesia da Feteira.

REALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2011 é dada continuidade à componente estratégica e organizacional do Município, com a conclusão do projeto de auditoria administrativa e de recursos humanos que constitui um instrumento fundamental para a implementação da avaliação do desempenho dos serviços da Câmara Municipal, quer no que respeita ao funcionamento das diferentes orgânicas, quer no que tange aos recursos humanos que lhe estão afetos, numa ótica de melhoria contínua e de criação de uma nova cultura organizacional, dirigida prioritariamente para a satisfação e qualidade dos serviços prestados aos munícipes.

Neste sentido, foi já efetuado um diagnóstico ao modelo de gestão integrada do município e alinhamento estratégico da sua estrutura e processos, no sentido de: aumentar a eficácia e eficiência dos serviços; clarificar a missão, delinear a visão, definir uma estratégia e apostar na sua implementação; apostar nas pessoas e racionalizar os recursos; otimizar os processos e reduzir os desperdícios, bem como orientar a atividade municipal para os cidadãos e o cliente interno.

Neste âmbito, foi realizada a avaliação e redefinição dos processos nas vertentes de: *planeamento e estratégia municipal, estrutura organizacional, recursos e competências, desempenho*, bem como a reengenharia e redesenho do sistema de controlo interno a fim de o adequar às novas exigências organizacionais.





De referir que este projeto, pelo seu âmbito, objetivos e impacto na organização e funcionamento dos serviços, responde inteiramente aos desafios definidos no novo normativo legal, publicado em 2009 que regulamenta a estrutura organizativa dos órgãos e serviços autárquicos, (1) com vista a permitir a criação de um modelo de funcionamento mais operativo, eficiente e flexível, em função dos objetivos sectoriais a prosseguir, dos recursos humanos existentes e das tecnologias disponíveis.

Com a introdução de novos mecanismos de atendimento ao público pretende-se incrementar a comunicação entre o cidadão e a autarquia através da implementação do modelo de interação multicanal. Para o efeito será desenvolvido o MyNet que permite a consulta ao cidadão dos seus processos em curso na autarquia, bem como a submissão de pedidos de forma direta ou indireta através da agilização com outras entidades, nomeadamente na receção de requerimentos junto da RIAC – Rede Integrada de Apoio ao Cidadão.

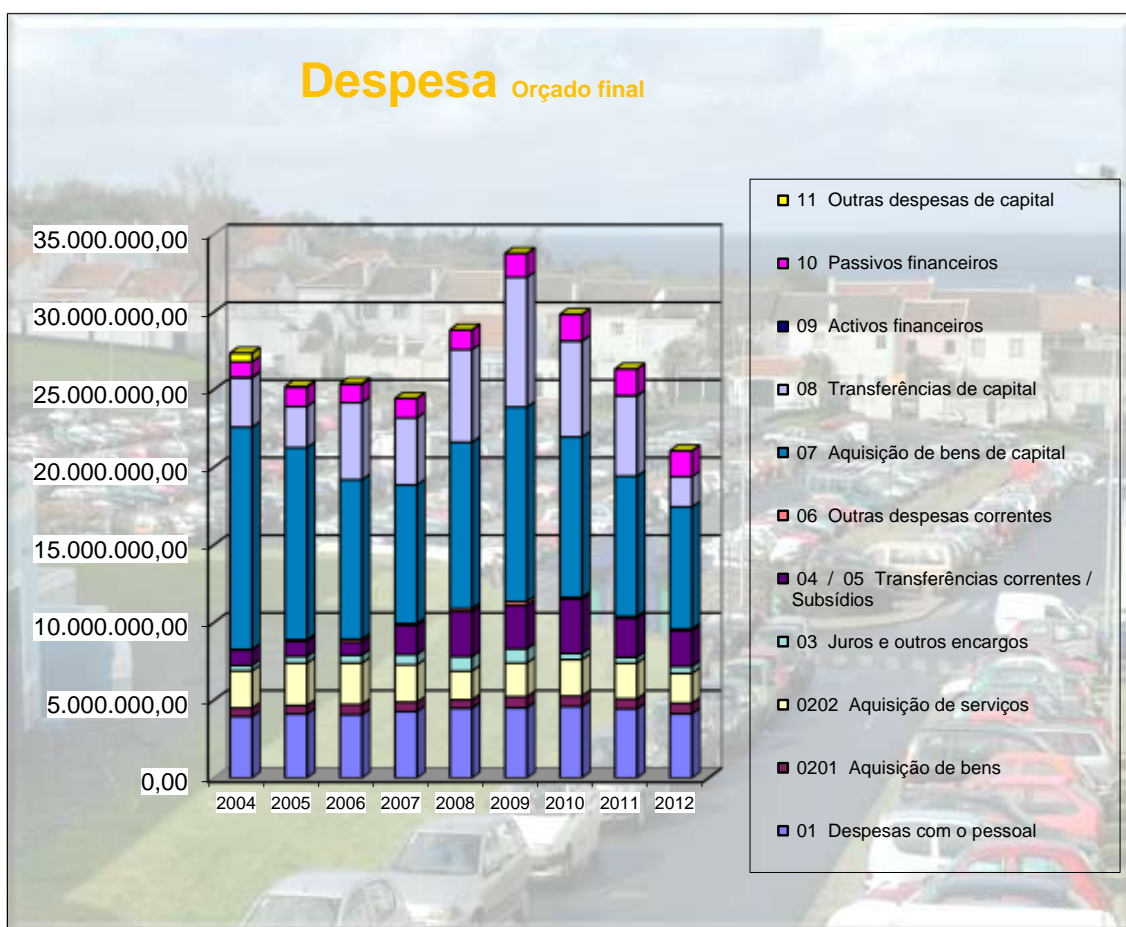
(1) DL 305 /2009 de 23 de Outubro

C - ANÁLISE DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO

ANÁLISE DA DESPESA

No orçamento para o ano de 2012 encontra-se prevista uma despesa global de € 21.070.757,00 (vinte e um milhões, setenta mil, setecentos e cinquenta e sete euros).





Verifica-se, pelo gráfico supra, que a estrutura da despesa se mantém, quando comparada com o orçado final dos anos anteriores, havendo uma redução do orçamento na ordem dos 20%.

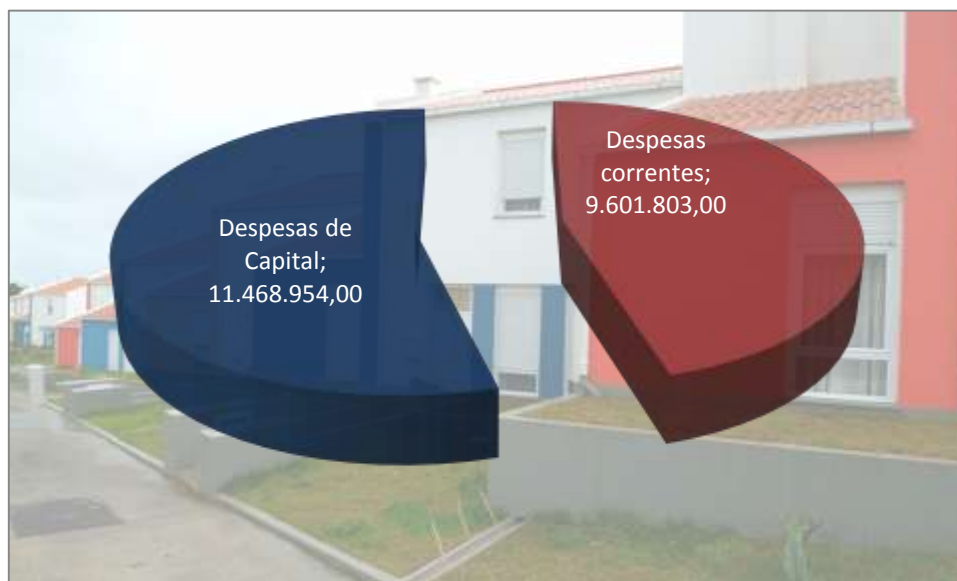
Tendo em conta a execução dos orçamentos dos anos anteriores a Despesa Global, prevista para o ano de 2012, é coerente, tendo como objetivo finalizar a concretização do plafond atribuído pelo Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA).

Prevê-se que a estrutura das despesas correntes seja consolidada, registando um decréscimo de -7,71%, de forma absorver a diminuição de fundos provenientes do orçamento geral do Estado.





O ano de 2012 será o ano da finalização do investimento do IV QCA.



As despesas correntes perfazem um total de € 9.601.803,00 representando 45,57% do total das despesas, equivalendo a um decréscimo de € 801.762,23 (menos 7,71%), em relação ao orçado final do ano anterior.

Este decréscimo é demonstrativo do esforço que o Município tem vindo a realizar nos últimos anos, no sentido de financiar despesas de investimento com receitas correntes, conseguindo uma diminuição dos custos fixos. Realça-se que se verificou um aumento de juros bancários na ordem dos 17,79% significando um acréscimo na despesa de € 67.730,00.



		Orçamento 2012	Peso relativo	Orçado Final 2011	Var 2012/2011	Var 2012/2011
01	DESPESAS C/ PESSOAL	€ 4.139.936,00	43,12%	€ 4.453.010,73	-7,03%	-€ 313.074,73
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	€ 2.599.604,00	27,07%	€ 2.946.505,50	-11,77%	-€ 346.901,50
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	€ 448.546,00	4,67%	€ 380.816,00	17,79%	€ 67.730,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	€ 1.024.906,00	10,67%	€ 1.273.291,00	-19,51%	-€ 248.385,00
05	SUBSÍDIOS	€ 1.272.501,00	13,25%	€ 1.233.536,00	3,16%	€ 38.965,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	€ 116.310,00	1,21%	€ 116.406,00	-0,08%	-€ 96,00
	TOTAL	€ 9.601.803,00	100,00%	€ 10.403.565,23	-7,71%	-€ 801.762,23

- De acordo com o Dec. Lei n.º 26/2002, de 13/02, apenas são considerados subsídios os fluxos financeiros não reembolsáveis para empresas públicas municipais e intermunicipais ou participadas, com o objectivo de interferir no sector produtivo.

De entre as despesas correntes salientam-se as despesas com recursos humanos e a aquisição de bens e serviços com o peso relativo de 43,12% e 27,07% respetivamente.

Na análise das despesas com Recursos Humanos realça-se que por força do artigo 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro¹, os orçamentos das autarquias locais devem prever as verbas destinadas a suportar os encargos previstos no artigo 7.º, n.º1, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os quais traduzem-se no seguinte:

- Remunerações dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalhos previstos no mapa de pessoal para 2012;

¹ Este diploma procedeu à adaptação à administração autárquica do regime previsto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que aprovou o novo Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.





- iii. Alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores referidos na alínea a), obrigatória, por opção gestionária ou por exceção;
- iv. Atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores.

Face ao acima exposto prevêem-se na seguinte proposta de orçamento os encargos abaixo enunciados:

- i. O montante global com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções nestes serviços é de € 3.169.419,30 (três milhões, cento e sessenta e nove mil e quatrocentos e dezanove euros e trinta cêntimos).
- ii. ii) O montante global das remunerações referente às novas contratações previstas no mapa de pessoal para 2012, o qual faz parte integrante da presente proposta de orçamento, é de 99.181,70 (noventa e nove mil e cento e oitenta e um euro e setenta cêntimos), sendo que o impacto financeiro destas novas contratações encontra-se devidamente explanado no estudo que acompanha o mesmo mapa de pessoal.
- iii. iii) Em conformidade com as medidas de consolidação orçamental previstas no Orçamento de Estado para 2012, a presente proposta não contempla encargos com alterações do posicionamento remuneratório.
- iv. iv) Em conformidade com as medidas de consolidação orçamental previstas no Orçamento de Estado para 2012, a presente proposta não contempla encargos com prémios de desempenho.

No que concerne à aquisição de bens e serviços, regista-se uma diminuição em termos relativos de 11,77%, verificando-se em termos absolutos menos € 346.901,50 em relação ao orçado final de 2011.





As transferências correntes registam um decréscimo de 19,51%, o que em termos absolutos se traduz em menos € 248.385,00, em relação ao orçado final do ano transato.

Relativamente aos subsídios, cumpre referir, que se regista um crescimento de € 38.965,00.

Os encargos com juros sofrem um aumento, na ordem dos 17,79%, significando, em termos absolutos, mais € 67.730,00.

Este acréscimo é originado pela subida ligeira da Euribor, ao longo de 2011, e pela utilização de financiamentos bancários ainda em fase de aplicação de capital durante o ano de 2011.

Na prospetiva dos valores para 2012 considerou-se um acréscimo dos indexantes na ordem de 0,5%.

As despesas de capital representam 54,43% do total das despesas, prevendo-se que atinjam o valor de € 11.468.954,00, o que se traduz num decréscimo de € 4.465.052,77 (menos 28,02%).

No referente às despesas de capital, destaca-se os Edifícios que totalizam o valor de € 3.948.056,00 representando 34,42% da despesa de capital, cumprindo-se salientar a construção da Escola da Ribeirinha com um investimento, em 2012, de € 2.675.133,00, o Pavilhão da Escola do Posto Santo com um investimento de € 556.500,00 e o início do investimento da Construção do Mercado Municipal.

O investimento em bens de domínio público atinge o valor de € 2.265.483,00, em especial no que concerne a vias de comunicação, o que corresponde a um peso relativo de 19,75% das despesas de capital e 28,82% do PPI.





As transferências de capital totalizam o valor de € 1.947.900,00 representando 16,98% da despesa de capital, cumprindo salientar o peso das transferências para os Serviços Municipalizados, no valor global de € 822.120,00 na área funcional de abastecimento de água, bem como para a Culturangra, EEM no montante de € 476.603,00

A aquisição de Habitação assume um peso relativo de 7,15%, no total das despesas da mesma natureza. O projeto com maior volume, neste objetivo, é o da Aquisição de Habitação Social que, de acordo com a previsão e para finalizar o programa traduz-se no valor global de € 769.495,00.

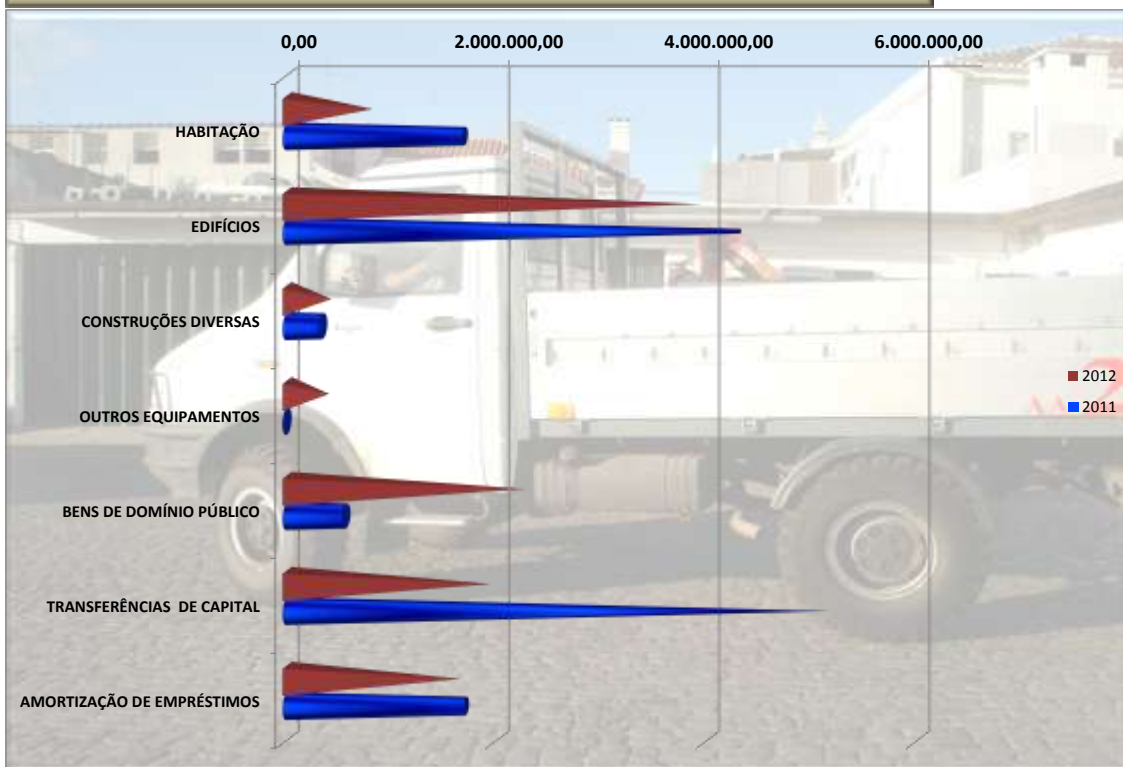
		ORÇAMENTO 2012	%	PPI 2012	%	Orçado final 2011	Var.2012/2011
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	€ 7.860.606,00	68,54%	€ 7.860.606,00	100,00%	€ 9.038.775,77	-13,03%
070101	TERRENOS	€ 1.510,00	0,01%	€ 1.510,00	0,02%	€ 1.510,00	0,00%
070102	HABITAÇÃO	€ 819.495,00	7,15%	€ 819.495,00	10,43%	€ 1.691.682,00	-51,56%
070103	EDIFÍCIOS	€ 3.948.056,00	34,42%	€ 3.948.056,00	50,23%	€ 4.311.245,18	-8,42%
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	€ 424.958,00	3,71%	€ 424.958,00	5,41%	€ 342.734,58	23,99%
070106-070115	OUTROS EQUIPAMENTOS	€ 401.104,00	3,50%	€ 401.104,00	5,10%	€ 564.803,01	-28,98%
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	€ 2.265.483,00	19,75%	€ 2.265.483,00	28,82%	€ 2.126.801,00	6,52%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	€ 1.947.900,00	16,98%	---	---	€ 5.163.276,00	-62,27%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	€ 5,00	0,00%	---	---	€ 30.005,00	-99,98%
10	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	€ 1.660.433,00	14,48%	---	---	€ 1.701.945,00	-2,44%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	€ 10,00	0,00%	---	---	€ 5,00	100,00%
	TOTAL	€ 11.468.954,00	100,00%	€ 7.860.606,00	100,00%	€ 15.934.006,77	-28,02%





Estrutura da Despesa de Capital: ▽ -28,02%

Em comparação com o último orçamento as despesas de capital diminuiram aproximadamente 28,02%. A Despesa de Capital que apresenta o maior peso é o subagrupamento dos Edifícios, com um peso relativo de 34,42% fortemente influenciado pela construção de pavilhões, remodelação do mercado e construção da escola da Ribeirinha. A intervenção em bens de domínio público, está em segundo lugar com um peso relativo de 19,75% do Orçamento e 28,82% do PPI. Destaca-se neste subagrupamento os pacotes de Estradas.

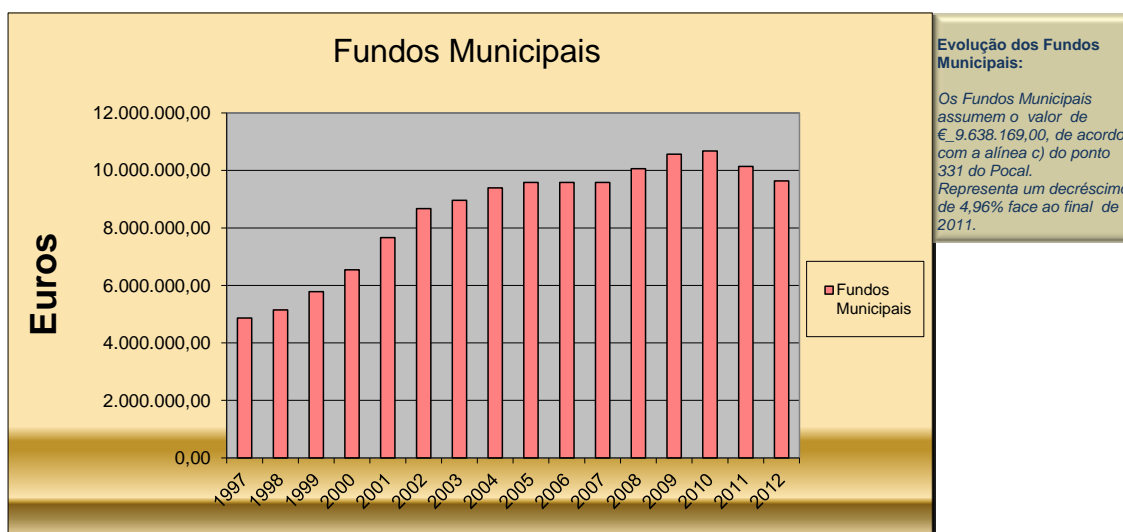


O total do Plano Plurianual de Investimentos é de € 7.860.606,00.

ANÁLISE DA RECEITA

Considerando a proposta do Orçamento de Estado para 2012, utilizou-se o valor dos Fundos Municipais atribuídos nessa proposta.

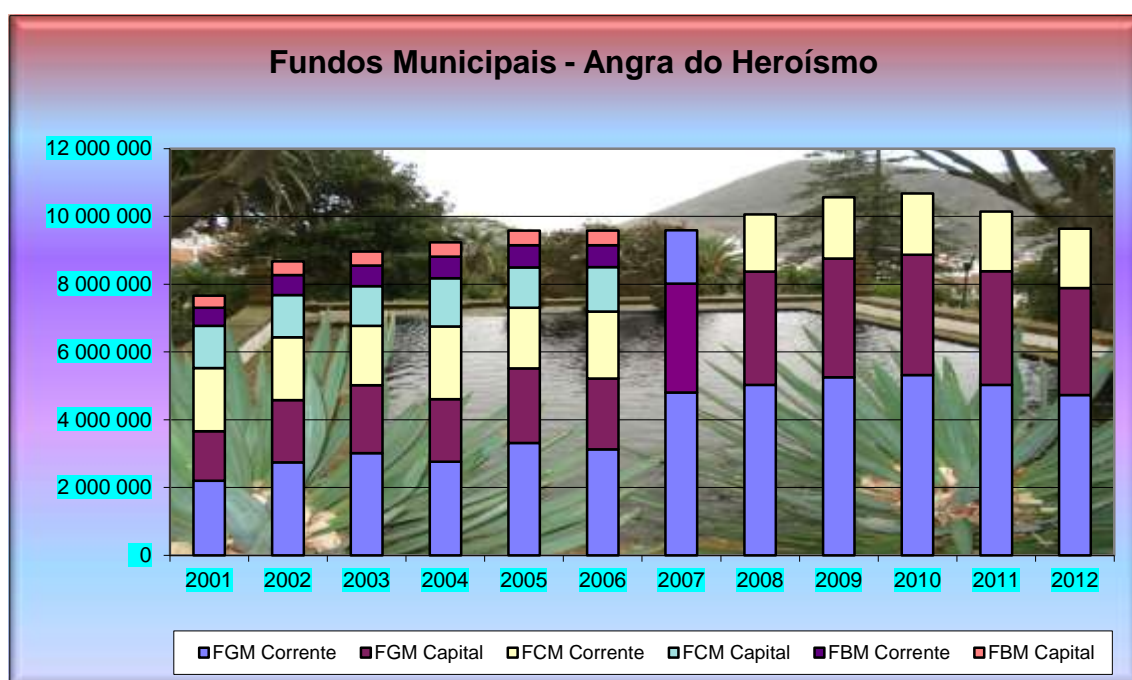




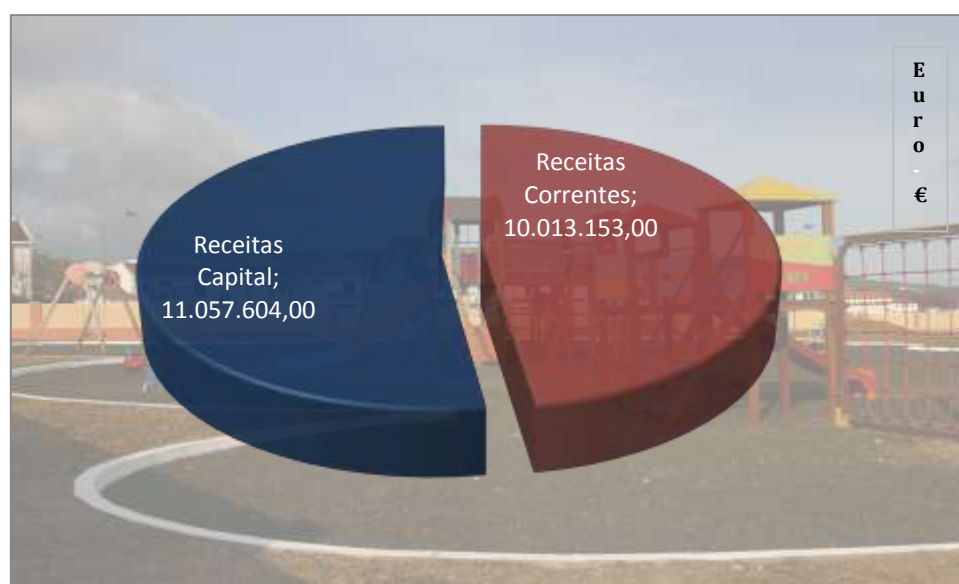
Em 2012, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corrente será de €4.732.978,00 e o de capital será de €3.155.318,00, totalizando €7.888.296,00. Ao nível dos fundos correntes, a participação fixa no IRS ascende a €1.122.791,00, sendo que quanto ao Fundo Social Municipal (FSM) é garantida a verba de € 627.082,00.

A variação do FEF de corrente e de capital, em relação a 2011, é de -5,94%, do FSM -5,94 e do IRS -3,26%.





A estrutura dos fundos, componente de correntes e capital, mantém-se nas proporções anteriores.



As receitas correntes ascendem a € 10.013.153,00, traduzindo um crescimento de 3.57% em relação ao orçado final de 2011.

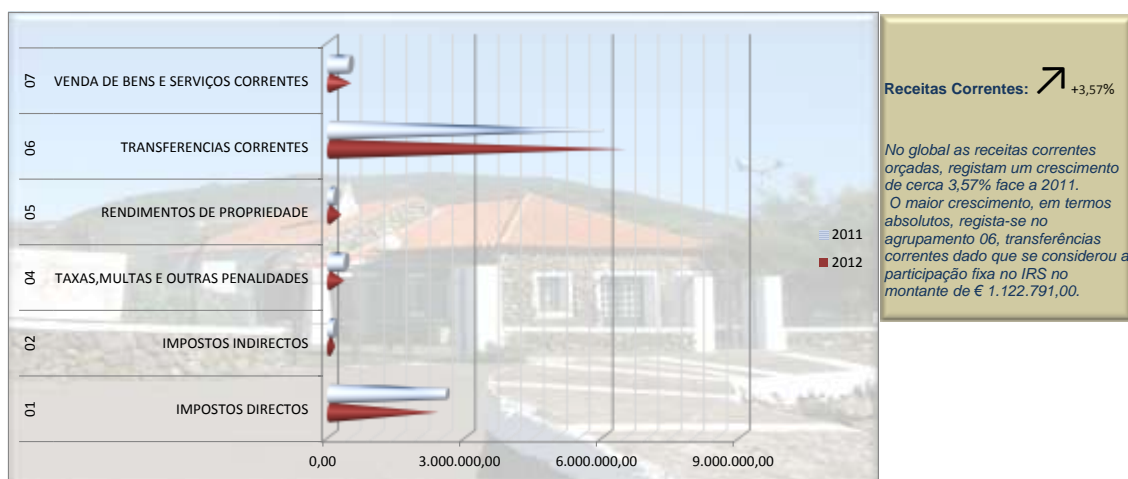




As transferências correntes têm o maior peso relativo, na ordem dos 64,74%, sendo as transferências do Fundo Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal as mais significativas.

		Orçamento 2012	Peso relativo	Orçado Final 2011	Var 2012/2011	Var 2012/2011
01	IMPOSTOS DIRECTOS	€ 2.376.435,00	23,73%	€ 2.573.743,00	-7,67%	-€ 197.308,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	€ 114.832,00	1,15%	€ 132.184,00	-13,13%	-€ 17.352,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	€ 313.850,00	3,13%	€ 362.801,00	-13,49%	-€ 48.951,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	€ 249.137,00	2,49%	€ 142.398,00	74,96%	€ 106.739,00
06	TRANSFERENCIAS CORRENTES	€ 6.482.856,00	64,74%	€ 5.981.687,00	8,38%	€ 501.169,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	€ 463.586,00	4,63%	€ 459.912,00	0,80%	€ 3.674,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	€ 12.457,00	0,12%	€ 15.015,00	-17,04%	-€ 2.558,00
	TOTAL	€ 10.013.153,00	100,00%	€ 9.667.740,00	3,57%	€ 345.413,00

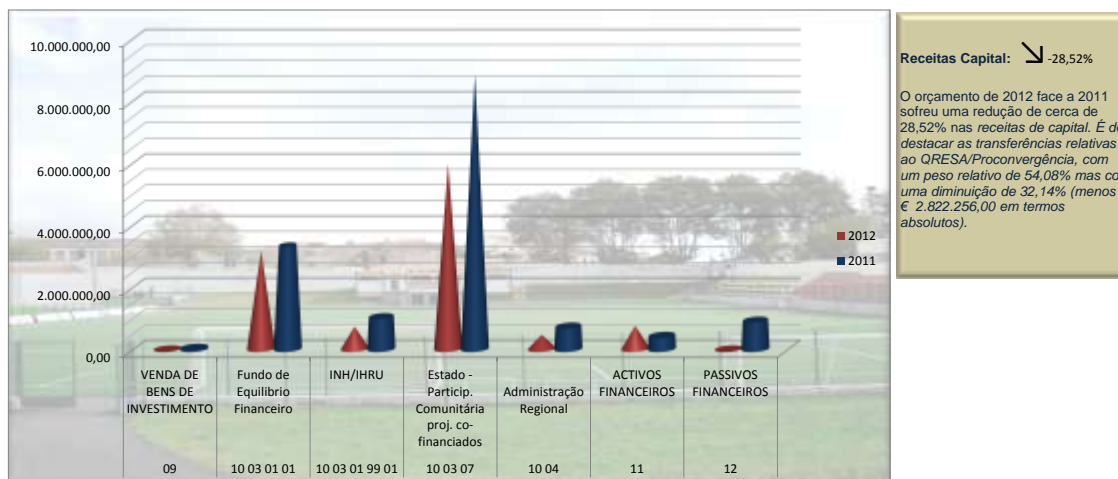
Os impostos directos assumem um peso relativo de 23,73%, da totalidade das receitas correntes previstas. Este capítulo regista uma acentuada quebra, relativamente ao orçado final de 2011, na ordem dos € 197.308,00, o que representa uma diminuição de 7,67%.





As receitas de capital previstas totalizam € 11.017.730,00, registando um decréscimo de -28,52% em relação ao orçado final de 2011.

Foi prevista a verba de € 39.874,00 no capítulo de Reposições não abatidas nos pagamentos, rubrica essa que não integra as Receitas de Capital mas sim Outras Receitas. Assim esta dotação não foi integrada na presente análise.



O grupo mais significativo é o das transferências de capital, com um peso relativo de 93,28%.

É de salientar que na proposta de orçamento de 2012, e pela primeira vez nos últimos anos, o capítulo Passivos Financeiros não tem qualquer dotação, dado que não existem financiamentos bancários por utilizar.

ANÁLISE POR UNIDADE ORGÂNICA

A nova estrutura orgânica da Autarquia, implementada em Fevereiro de 2011, retira a fiabilidade da comparabilidade entre os valores de 2011 e seguintes com os anos anteriores. Denota-se, no entanto, alguma continuidade de conteúdo entre a antiga orgânica 03 (Departamento Administrativo e Financeiro) e a actual 03 (Departamento de Valorização e Gestão de Recursos)



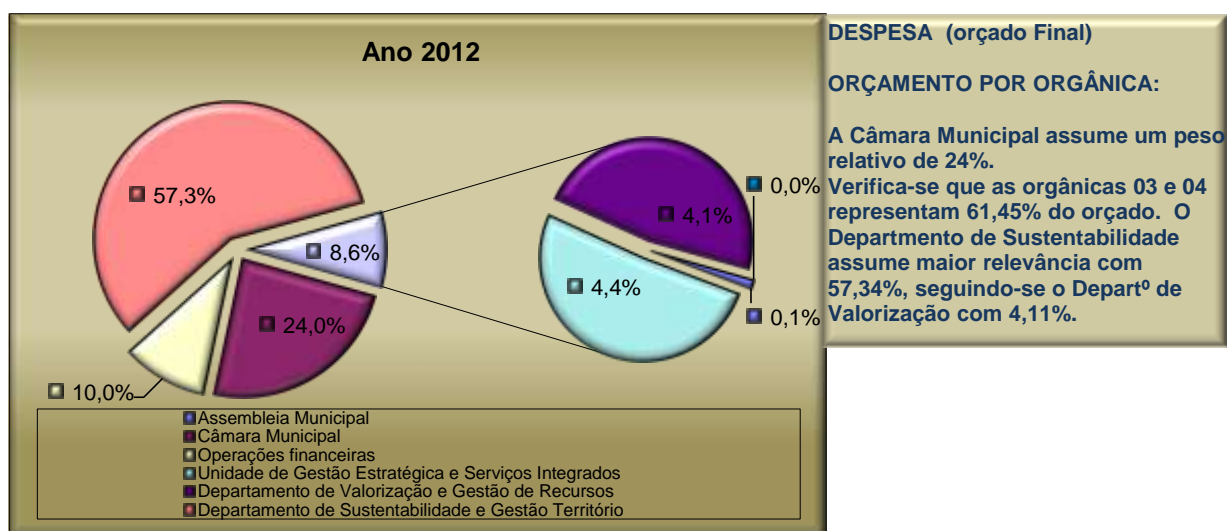


e a antiga orgânica 04 (Departamento Técnico) e a atual 04 (Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território).

A orgânica 01 mantém a comparabilidade e a orgânica 02 é quase totalmente nova. A orgânica 05 foi eliminada.

No entanto, e dado que o orçado final de 2011 já reflete a revisão ao orçamento de Fevereiro e a sua execução, fez-se a seguinte análise comparativa:

A Assembleia Municipal diminui o seu peso relativo, na globalidade das despesas, tendo uma variação de -12,3%, e fixando o seu peso relativo em 0,11%. Em termos absolutos esta unidade orgânica registou um decréscimo de - € 3.515,00.



A Câmara Municipal regista uma variação negativa, em relação ao orçado final de 2011, de -13,8%, diminuindo o seu peso relativo em relação ao total da despesa orçada final. Em 2012 o peso relativo, desta unidade orgânica, fixa-se em 24,00% quando em 2010 era de 22,28%. A variação do peso relativo é assim de +1,71%.





As operações financeiras registam um crescimento de 1,30%, crescendo o seu peso relativo de 7,90%, em 2011, para 10,00%, em 2012.

A Unidade de Gestão Estratégica e Serviços Integrados (02) regista uma variação positiva de 19,90% em relação ao orçado final de 2011, o que traduz em termos absolutos um crescimento de € 154.114,75. Aumentou o seu peso relativo passando de 2,94%, em 2011, para 4,41% em 2012. A variação foi na ordem dos 1,47%. Esta unidade orgânica recebeu um acréscimo significativo de meios e competências.

O Departamento de Valorização e Gestão Recursos apresenta um decréscimo na ordem dos 23,60%, em relação ao período homólogo, o que traduz uma variação negativa de € 267.178,11.

Em termos de peso relativo observa-se um ligeiro decréscimo, em relação a 2011, sendo este de -0,19%.

Em relação ao Departamento Sustentabilidade assinala-se um decréscimo na ordem dos 26,40%, continuando a ser a unidade orgânica com maior peso relativo na ordem dos 57,34%, em grande parte devido às despesas de capital.

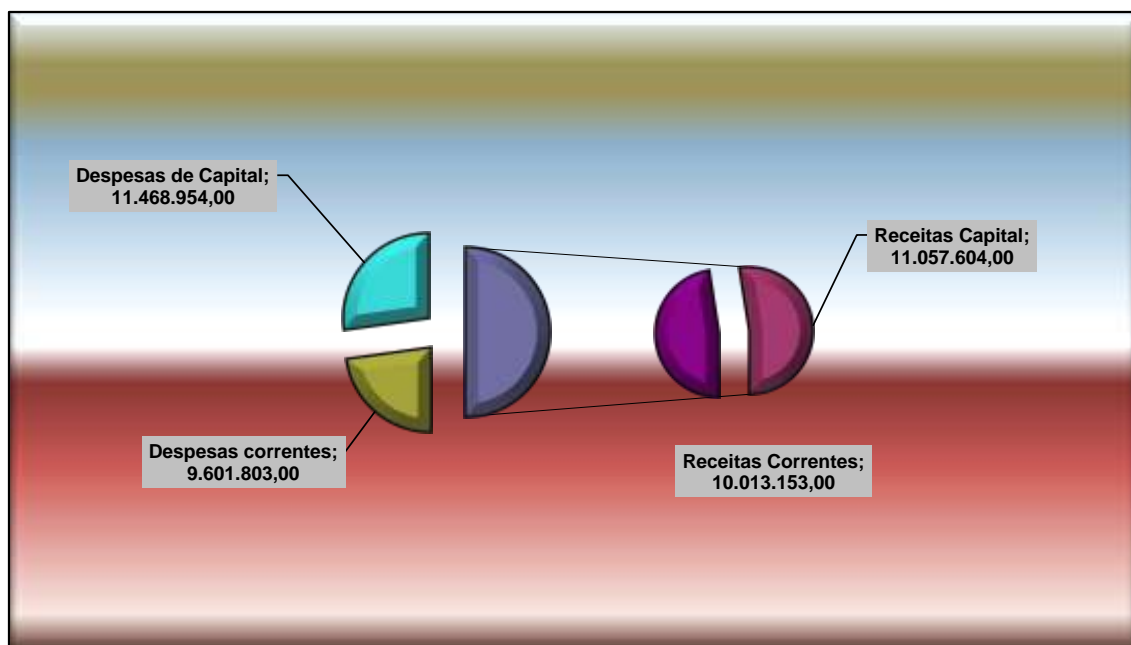
Em 2012 a orgânica com maior peso relativo nas despesas correntes é o Departamento Sustentabilidade, com 38,63%, seguindo-se a Câmara Municipal com 38,12%.

Nas despesas de capital o Departamento Sustentabilidade é a unidade orgânica mais significativa, atingindo um peso relativo de 73,00%.



EQUILIBRIO ORÇAMENTAL

A proposta de orçamento para 2012 encontra-se equilibrada, sendo o total da receita igual ao total da despesa, com uma dotação global da despesa e receita na ordem dos € 21.070.757,00.



As receitas correntes totalizam € 10.013.153,00 e as despesas correntes € 9.601.803,00.

Do exposto resulta o cumprimento integral da alínea e) do ponto 3.1 do POCAL, que determina o cumprimento do Princípio do Equilíbrio.



A proposta de orçamento cumpre o estipulado no artigo 10.º da Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro, como se infere do gráfico supra, sendo as despesas com pessoal dos quadros inferiores a 60% das receitas correntes de 2011.

As despesas com contratos a termo certo e com pessoal em qualquer outra situação são inferiores a 15% das receitas correntes.

ANÁLISE DAS GOP

O valor global definido das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal Angra do Heroísmo, para 2012, é de € 12.424.587,00 (doze milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos e oitenta e sete euros).

Em Financiamento Não Definido ficaram dotados vários projetos no valor global de € 405.900,00. O valor global das GOP 2012, adicionando o valor definido e não definido é de € 12.830.487,00.





O ano de 2012, em termos de objetivos, apresenta, no âmbito das Grandes Opções do Plano, a seguinte distribuição por áreas funcionais (Financiamento Definido):

	Área Funcional	Valor	Percentagem
111	Administração Geral	€ 287.659,00	2,32%
112	Juntas de Freguesia	€ 7.500,00	0,06%
121	Protecção Civil	€ 45.000,00	0,36%
211	Ensino Não Superior	€ 3.457.581,00	27,83%
212	Serviços Auxiliares Ensino	€ 0,00	0,00%
222	Serviços de Saúde Infantil	€ 0,00	0,00%
232	Acção Social	€ 165.510,00	1,33%
241	Habitação	€ 861.880,00	6,94%
242	Ordenamento do Território	€ 205.644,00	1,66%
243	Saneamento	€ 150.005,00	1,21%
244	Abastecimento Água	€ 822.120,00	6,62%
245	Resíduos Sólidos	€ 188.767,00	1,52%
246	Protecção Meio Ambiente	€ 90.005,00	0,72%
247	Espaços Urbanos	€ 20.000,00	0,16%
251	Cultura	€ 2.105.502,00	16,95%
252	Desporto	€ 939.557,00	7,56%
31	Agricultura	€ 0,00	0,00%
32	Industria e Energia	€ 70.000,00	0,56%
33	Transportes	€ 2.522.988,00	20,31%
34	Comércio e Turismo	€ 472.368,00	3,80%
35	Outras funções económicas	€ 12.501,00	0,10%
43	Outras funções	€ 0,00	0,00%
	TOTAL	€ 12.424.587,00	100,00%

Da análise da distribuição funcional das GOP, destaca-se a área do Ensino Não Superior (27,83%); Transportes (20,31%) e Cultura (16,95%).





Constata-se que as opções de investimento, em continuidade com o passado, se resumem a cinco pilares. A opção de desenvolvimento do Concelho assenta no reforço da rede de equipamentos para o ensino não superior, na consolidação do abastecimento de água, na reestruturação do parque de estradas e na divulgação e promoção de atividades culturais e desportivas.

EVOLUÇÃO TAXA DE JURO – EURIBOR 3 MESES/6 MESES

Na primeira semana de Novembro, o Banco Central Europeu decidiu cortar a sua taxa de referência em 25 pontos base para 1,25%, tendo sido esta uma reação à intensificação da crise vivida a sul da Europa. Na base da descida dos juros do BCE esteve também o agravamento do abrandamento económico na zona euro e, a declaração da OCDE que esmagou as previsões económicas para o conjunto dos 17 Estados-membros em 2012, apontando agora para um crescimento do PIB de apenas 0,3%, contra a anterior estimativa de uma expansão de 2%.

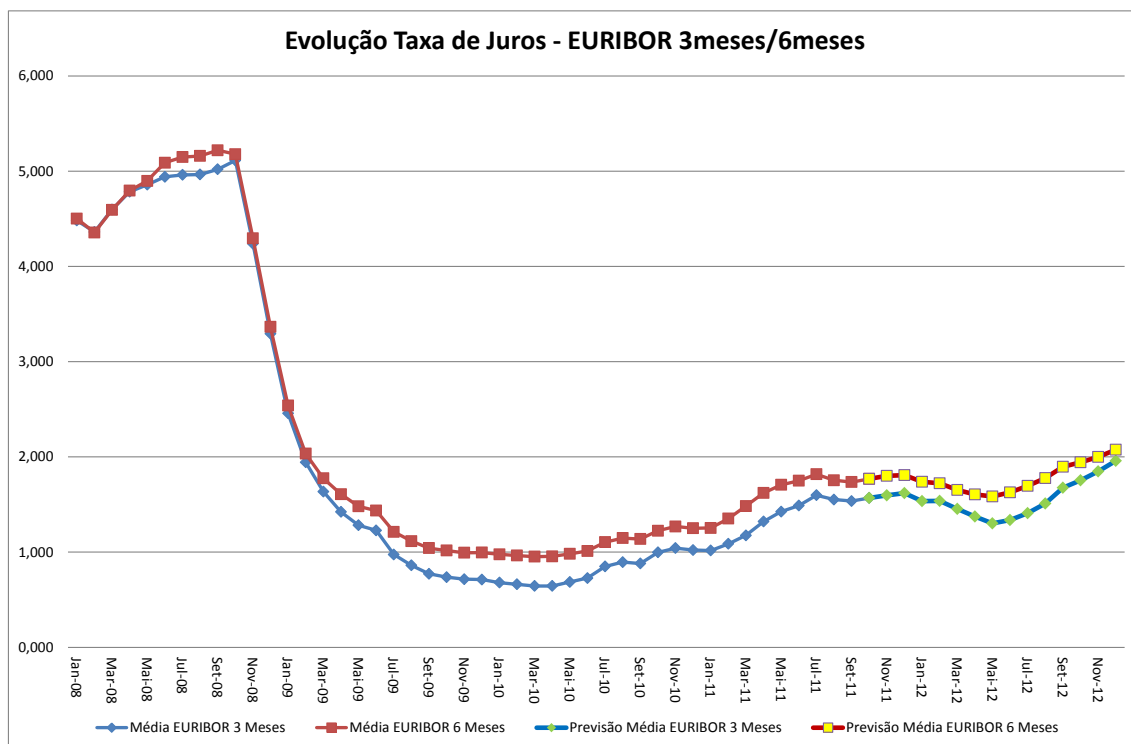




No entanto, o elevado grau de incerteza da conjuntura macroeconómica pode alterar estes pressupostos num curto espaço de tempo e levar a uma inversão do ciclo das taxas de juro.

Em conclusão, das atuais intervenções do BCE prevê-se um movimento descendente na taxa de referência no primeiro semestre, seguindo-se de um movimento ascendente que será ligeira e gradual, gerado pela discordância na zona euro e devido à falta de liquidez.

Neste contexto, a presente evolução das taxas Euribor a 3 e a 6 meses prevê, atingir o seu mínimo no primeiro semestre, a uma taxa na ordem dos 1,3% e 1,5%, devendo alcançar o seu máximo de 2,0% e 2,1% no final de 2012, respetivamente.





CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Este capítulo tem por objetivo analisar a capacidade de endividamento previsional do Município para o ano 2012.

Devido à conjuntura económica atual, a presente análise assenta nas últimas medidas de estabilidade orçamental previstas na Lei de Enquadramento Orçamental, a nova Lei da Finanças Locais, a Lei do OE para 2011 e na proposta de OE para 2012, as quais estabelecem os seguintes limites ao endividamento (líquido e de recurso ao crédito):

Lei Finanças Locais – Lei 2/2007 de 15 de Janeiro

- i. O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma das receitas elencada no n.º 1 do art. 39º;
- ii. A dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas elencada no n.º 2 do art. 39º;
- iii. O total de endividamento líquido de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas elencadas no n.º 1 do art. 37º.

Orçamento de Estado para 2011 – Lei 55-A/2010 de 31 de Dezembro

- i. O total de endividamento líquido de cada município, em 31 de Dezembro de 2011, não pode exceder o que existia em 30 de Setembro de 2010, (n.º 1 do art. 53º);
- ii. A contratação de novos empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder, em 31 de Dezembro de 2011, o valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, (n.º 2 do art. 53º).





Proposta Lei do Orçamento Estado para 2012 – PL 90/2011 de 13 de Outubro

- i. O endividamento líquido de cada município em 31 de Dezembro de 2012 não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior, (n.º 1 do art. 57º);
- ii. O total de endividamento líquido de cada município, durante o ano de 2012, não pode exceder 62,5% do montante das receitas elencadas no n.º 1 do art. 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, (n.º 2 do art. 57º);
- iii. O montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazo, não pode exceder em 31 de Dezembro de 2012, 62,5% do montante das receitas elencadas no n.º 2 do art. 39º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, (n.º 3 do art. 57º).

Com base nestes pressupostos, apresentam-se no mapa seguinte os diferentes limites de endividamento previsionais do Município para 2012:

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO			
Designação	Base cálculo	ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO
LIMITES DE ENDIVIDAMENTO PARA 2012	Proposta de Orçamento do Estado para 2012	7.529.996,88	7.529.996,88
	Lei 55-A/2010 - Orçamento do Estado para 2011	9.572.304,00	8.637.036,00
	Lei Finanças Locais - Lei 2/2007 de 15 de Janeiro	12.047.995,00	15.059.993,75
Previsão para 2012	Situação de Endividamento	8.108.979,38	8.596.441,00
Situação Face aos Limites	Proposta de Orçamento do Estado para 2012	-578.982,51	-1.066.444,13
	Lei 55-A/2010 - Orçamento do Estado para 2011	1.463.324,62	40.595,00
	Lei Finanças Locais - Lei 2/2007 de 15 de Janeiro	3.939.015,62	6.463.552,75





Em sede de contraditório da proposta de Orçamento Estado para 2012, a Associação Nacional de Municípios Portugueses vem expor as seguintes considerações: "*CONSELHO GERAL de 11 de Novembro de 2011, RESOLUÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO*

(...)

6. Sua Excelência o Primeiro-Ministro assumiu os seguintes compromissos de alteração da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012:

a) Endividamento:

- A manutenção dos atuais limites previstos na Lei de Finanças Locais (não se verificando a redução dos limites de endividamento líquido e dos empréstimos de médio e longo prazos de 125% para 62,5%);*
- A contração de novos empréstimos de médio e longo prazos estará limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2010/2011, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município; (...)"*

Face ao exposto e em termos de previsão, este município apresenta uma capacidade de endividamento livre de 6,46 milhões de euros (43%) e, 1,46 milhões de euros de capacidade endividamento de médio e longo prazo (15%).

Tendo em conta a indisponibilidade dos valores do rateio para 2010/2011, o valor do limite de capacidade de endividamento de médio e longo prazo respeita ao ano 2011.

Em termos de conclusão e, de acordo com os valores supra apresentados, conclui-se que o endividamento líquido e de médio e longo prazo do Município observam o limite legalmente imposto, apenas excedendo, no caso da vinculação da Proposta de Orçamento de Estado para 2012.

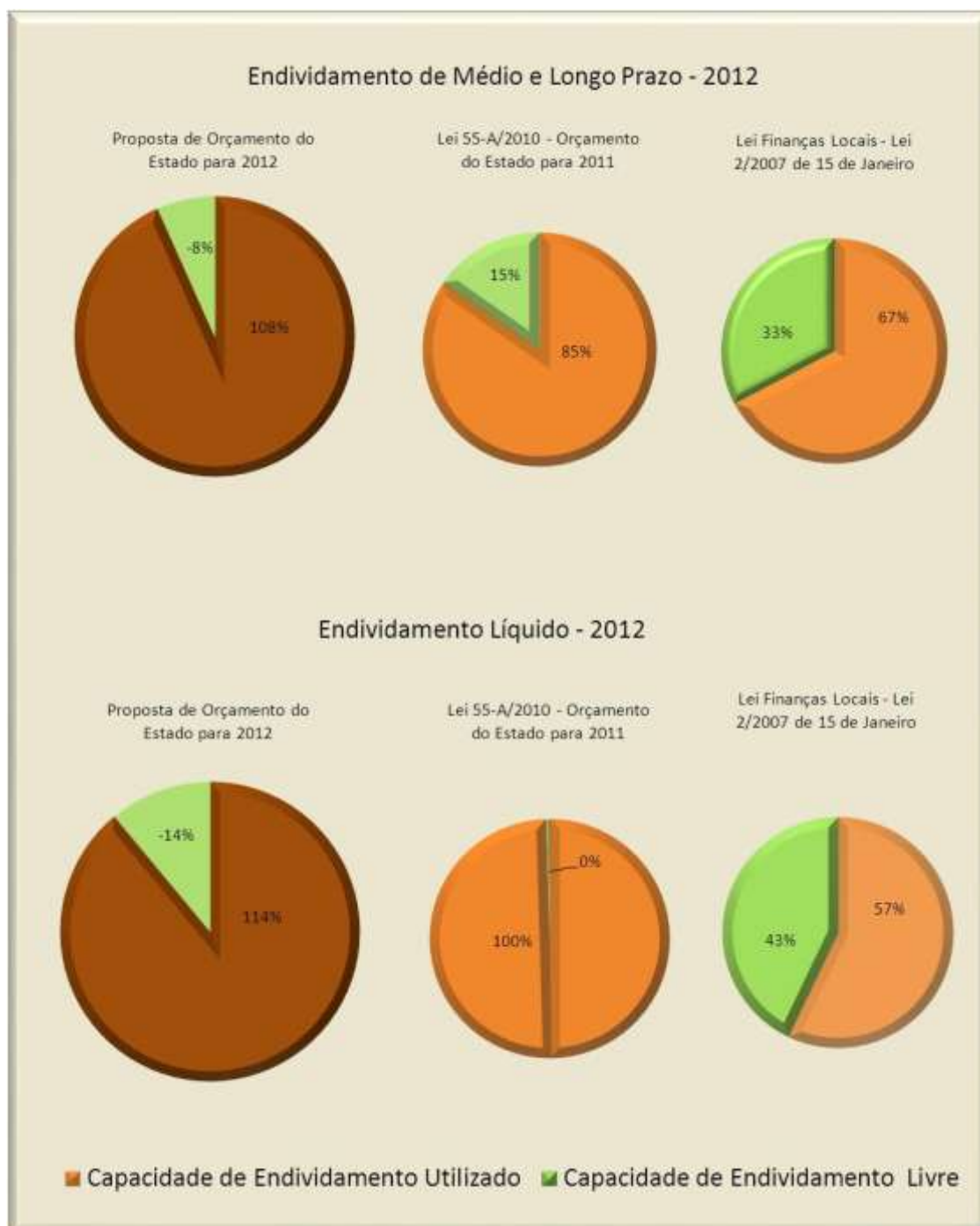
Factos, estes que evidenciam um esforço da autarquia no sentido de regularizar os seus compromissos sem recurso a empréstimos bancários, tendo em conta a





conjuntura económica e o consequente aumento do spread bancário*¹, não estão previstos para 2012 novas contratualizações de empréstimos não excecionados, dando continuidade a uma política prudente de financiamento.

Spread bancário*¹ – atualmente Δ entre os 5% a 8%.





FUNDOS COMUNITÁRIOS

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGÊNCIA) é um Programa Operacional participado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), para o período de programação 2007-2013, enquadrado no objetivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A participação FEDER afeta ao Município de Angra do Heroísmo traduziu-se em € 18.784.364 (dezoito milhões setecentos e oitenta e quatro mil trezentos e sessenta e quatro euros), correspondendo a 9,83% do montante total.

Para enquadramento, importa observar o quadro seguinte que discrimina o montante anualizado do plafond afeto ao Município de Angra do Heroísmo, não podendo a autarquia aprovar, em termos acumulados, dotações que excedam o montante anualizado do plafond do ano em causa, adicionado ao do ano seguinte (regra de programação do $n+1$):

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
2.683.480,58	5.366.961,16	8.050.441,74	10.733.922,32	13.417.402,90	16.100.883,48	18.784.364,00

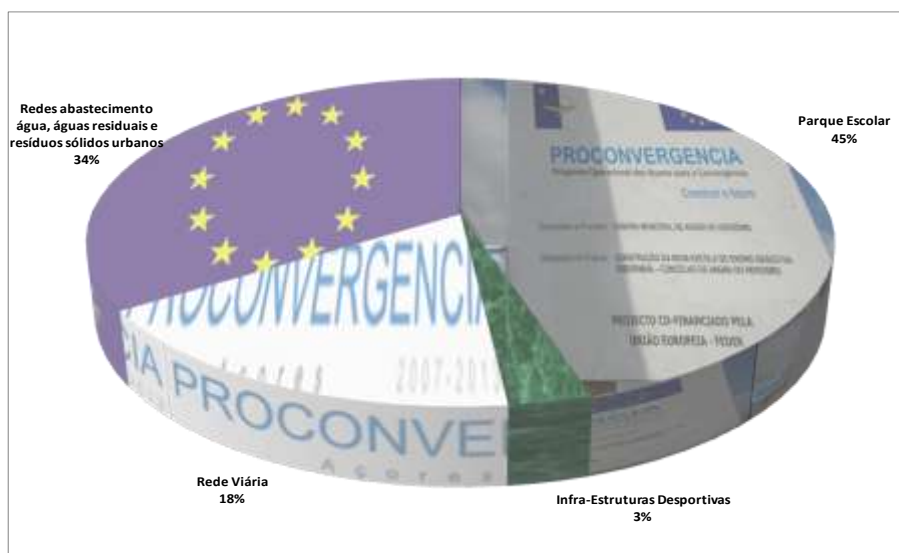
A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo conta com um total de investimento afeto a fundos comunitários de € 15.517.986,79, correspondendo a uma participação comunitária de € 13.190.288,78. Deste montante, €1.949.445,98 encontram-se em fase de instrução de candidaturas para submeter à apreciação da unidade de gestão do PROCONVERGÊNCIA.

As duas principais preocupações da autarquia, no presente quadro comunitário, assentaram na educação e nas redes de abastecimento de água, águas





residuais e resíduos sólidos urbanos, conforme se pode verificar através da observação do gráfico seguinte:



Parque Escolar

A remodelação do parque escolar conta já com um total de investimento aprovado de € 6.127.234,71, correspondendo a uma comparticipação comunitária de € 5.208.149,51 e distribuídos pelos seguintes projectos:

- i. Construção da nova escola do ensino básico da Ribeirinha
- ii. Recuperação e ampliação dos edifícios da escola do ensino básico de São Mateus da Calheta
- iii. Remodelação do Parque Escolar do Concelho de Angra do Heroísmo - Escola Infante D. Henrique e Escola Básica de São Bartolomeu

Redes de Abastecimento de Águas, Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos

Ao nível de redes de abastecimento de águas, águas residuais e resíduos sólidos urbanos, o investimento foi de € 4.650.022,89 de investimento elegível, correspondendo a uma comparticipação comunitária de € 3.952.519,46.

O referido investimento traduziu-se nos seguintes projetos:





- i. Aquisição de Veículo Varredora Mecânica
- ii. Aquisição e Implementação de Sistema de Telegestão da Rede de Abastecimento de Água no Concelho de Angra do Heroísmo
- iii. Aquisição de Serviços para execução de 4 Furos de Pesquisa para Captação de Água Subterrânea
- iv. Campanha de sensibilização "Implementação de boas práticas no âmbito do consumo de água, deposição de resíduos e produção de águas residuais"
- v. Equipamento de Furos de Captação de Água
- vi. Execução e Remodelação de Redes de Água e Saneamento em Diversos Arruamentos
- vii. Remodelação e Reconstrução das Redes de Abastecimento e Drenagem de Água no Pico da Urze e Folhadais, incluindo a Repavimentação e Sinalização

Rede Viária

No que concerne à rede viária, foram já investidos € 3.367.142,82 do plafond PROCONVERGÊNCIA, correspondente a um investimento de € 3.961.344.49.

A primeira intervenção na rede viária visou a beneficiação de vias já existentes nas freguesias do Concelho, bem como a reabilitação da Via do Foro na freguesia de S. Sebastião.

Numa segunda fase, foi reabilitada a zona do Fanal na freguesia de São Pedro, bem como diversos arruamentos das freguesias do Raminho, São Sebastião, Feteira, Ribeirinha, São Bartolomeu e Serreta. Foi, ainda, construído um novo arruamento de ligação da Canada da Arruda ao Bairro do Bravio III, na freguesia de São Mateus.





Já em 2011, encontra-se a decorrer a empreitada de reabilitação de diversos arruamentos do concelho – Pacote 3, com vista à beneficiação dos arruamentos em falta, bem como a primeira fase das calçadas do concelho de Angra.

Infraestruturas Desportivas

Ao nível das infraestruturas desportivas, foram investidos, em 2009, € 360.692,23 de fundos comunitários na aquisição de piso sintético para o campo de jogos da freguesia dos Altares, correspondendo a um investimento de € 424.343,79. Do plafond PROCONVERGÊNCIA estão também destinados € 289.276,25 para o Pavilhão Desportivo das Doze Ribeiras.

Investimento com Financiamento FEDER propostos para 2012

Para 2012, o presente orçamento apresenta um total de € 6.376.207 de investimentos candidatos a fundos comunitários, equivalendo a € 5.419.775,95 de co-financiamento FEDER.

Plafond PROCONVERGÊNCIA

Entre 2007 e 2011, foram investidos € 15.517.986,79 correspondendo a uma comparticipação comunitária de € 13.190.288,78.

Para 2012, prevê-se que o investimento, em termos acumulados, atinja os € 21.894.194, equivalendo a cerca de € 18.610.065 de comparticipação, respeitando, dessa forma, a regra de programação (n+1) estabelecida na cláusula quinta do protocolo assinado entre o Governo Regional e a Associação de Municípios da Região Autónoma do Açores.





2 - Mapas Orçamentais

A – MAPA RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

B – RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR ORGÂNICA

C - RESUMO DO ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR ECONÓMICA

D - ORÇAMENTO DA RECEITA

E – ORÇAMENTO DAS DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA E ECONÓMICA





F – GRANDES OPRÇÕES DO PLANO





3 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Nos termos do artigo 4.º, n.º 1 do regime legal de vinculação, carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro) aquando da preparação da proposta de orçamento, os órgãos e serviços públicos devem planear as atividades a desenvolver durante a sua execução, bem como o mapa de pessoal a vigorar no respetivo ano económico.

Nestes termos, a proposta de orçamento deve vir acompanhada do mapa de pessoal (vd. n.º 2 do artigo 4.º, acima referido).

Daqui resulta que anualmente verificar-se-á uma avaliação por parte dos órgãos e serviços públicos no que respeita aos recursos humanos disponíveis em contraposição com as atividades que se pretendem levar a efeito no ano seguinte e que se encontram plasmadas na proposta dos documentos previsionais.

Por conseguinte, os mapas de pessoal são submetidos pelo órgão executivo municipal à Assembleia Municipal, concomitantemente, com a proposta dos documentos previsionais, podendo ser aprovados, mantidos ou alterados, (neste sentido vd. o referido artigo 5.º n.º 3).

Tal como resulta do n.º 1 do mesmo artigo 5.º o mapa de pessoal compreende o número de postos de trabalho de que o órgão necessita para o desenvolvimento das suas atividades, caracterizados em função:





- i. Da atribuição, competência ou atividade que o seu titular se destina a executar;
- ii. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- iii. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

É neste contexto que o presente mapa de pessoal vem acompanhado de um estudo de impacto financeiro demonstrativo da variação das despesas com recursos humanos, no que respeita a remunerações certas e permanentes, em termos comparativos com o ano de 2011.



Mapa de Pessoal 2012

Mapa de Pessoal 2012																		
Carreira	Categoria	Atribuições/ Competências/ Actividades	Área de Formação Académica e/ou Profissional e/ou Competência Específica	dirigentes em regime de substituição	Ocupados				A ocupar				Trabalhadores ausentes por motivo de:					
					Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total Ocupados	Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total a Ocupar	Mobilidade Geral - Codificação de interesse público (entidades de destino não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de destino abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Providos em cargos em regime de comissão de serviço e outras nomeações nos termos da Lei	Licença sem vencimento
Pessoal Dirigente																		
Dirigente	Dirigente Intermédio de 1.º Grau - Director de Departamento	(Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção dada pelas respectivas alterações) Os titulares dos cargos de direcção exercem, na respectiva unidade orgânica, as seguintes competências: - Submeter a despacho do presidente da câmara ou a deliberação do conselho de administração municipalizados, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução; - Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente; - Propor ao presidente da câmara municipal ou ao conselho de administração dos serviços municipalizados tudo o que seja do interesse dos órgãos referidos; - Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão provisional e dos relatórios e contas; - Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas; - Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respectiva unidade orgânica que dirige. Compete ainda aos titulares de cargos de direcção: - Definir os objectivos de actuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objectivos gerais estabelecidos; - Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de actividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; - Garantir a coordenação das actividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços da sua dependência; - Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afectos à sua unidade orgânica, optimizando os meios e adoptando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; - Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; - Efectuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respectivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; - Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adoptar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as acções a desenvolver para o cumprimento dos objectivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; - Proceder de forma objectiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objectivos e no espírito de equipa; - Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários da sua unidade orgânica e propor a frequência das acções de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à automação; - Proceder ao controlo efectivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários da sua unidade orgânica; - Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respectiva unidade orgânica excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.		2				2					0					0
	Dirigente Intermédio de 2.º Grau - Chefe de Divisão		4				4					0					0	
	Dirigente Intermédio de 3.º Grau - Coordenador de Unidade	(Modelo de Organização Interna, Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º Grau, aprovado em sessão de Assembleia Municipal, de 22 de Dezembro de 2010)	2				2	2				2						0
	Total Dirigentes			2	6	0	0	0	8	2	0	0	0	2	0	0	0	0



Carreira	Categoria	Atribuições/ Competências/ Actividades	Área de Formação Académica e/ou Profissional e/ou Competência Específica	dirigentes em regime de substituição	Ocupados					A ocupar					Trabalhadores ausentes por motivo de:					
					Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou indeterminado - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total Ocupados	Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou indeterminado - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total a Ocupar	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Providos em regime de comissão de serviço e outras nomeações nos termos da Lei	Licença sem vencimento	Total Ausências	
Carreiras gerais - LVCR - Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro																				
Assistente Operacional	Assistente Operacional	(Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro) Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em directivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correcta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.				2	2	130	134		3			3	11		1	12		
	Encarregado Operacional	(Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro) Funções de coordenação dos assistentes operacionais afectos ao seu sector de actividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.						8	8					0	2			2		
	Encarregado Geral Operacional	(Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro) Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional. Coordenação geral de todas as tarefas realizadas pelo pessoal afecto aos sectores de actividade sob sua supervisão.						1	1					0				0		
	Total Assistentes Operacionais				0	2	2	139	143	0	3	0	0	3	13	0	0	1	14	
Assistente Técnico	Assistente Técnico	(Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro) Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em directivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de actuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de actuação dos órgãos e serviços.					1	35	36					0	3	1	1	5		
	Coordenador Técnico	(Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro) Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das actividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e directivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.						6	6					0		1		1		
	Total Assistentes Técnicos				0	0	1	41	42	0	0	0	0	0	3	2	0	1	6	
			Arquitectura/ Urbanismo				1	2	3					0				0		
			Direito					1	1					0			2	2		
			Economia/ Finanças				1		1					0			2	2		
Técnico Superior	Técnico Superior	(Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro) Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projectos com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado nas áreas de actuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por directivas ou orientações superiores.	Engenharia Agrícola					2	2					0				0		
			Engenharia Civil					1	1				1	1	2			1	1	2
			História					1	1						0				0	
			Investigação Social Aplicada						0						0			1	1	
			Medicina Veterinária					2	2						0				0	
			Recursos Humanos				1	1	2					1	1					0
			Relações Públicas/Internacionais						0						0	2			2	
			Protecção Civil					0	0						0			1	1	
			Sociologia/ Ciências Sociais					3	3						0				0	
			Turismo					1	1						0				0	
			Total Técnicos Superiores				0	0	3	14	17	0	0	1	2	3	2	0	7	1

Carreira	Categoria	Atribuições/ Competências/ Actividades	Área de Formação Académica e/ou Profissional e/ou Competência Específica	dirigentes em regime de substituição	Ocupados					A ocupar					Trabalhadores ausentes por motivo de:				
					Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total Ocupados	Comissão de serviço	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de origem abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável - Tempo Total	Relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado	Total a Ocupar	Mobilidade Geral - Cedência de interesse público (entidades de destino não abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Mobilidade Geral - Interna (entidades empregadoras públicas de destino abrangidas pelo âmbito de aplicação objectivo da LVCR)	Providos em regime de comissão de serviço e outras nomeações nos termos da Lei	Licença sem vencimento	Total Ausências
Carreiras subsistentes e não revistas																			
Especialista de Informática	Coordenador Técnico de Informática	(Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril) Desempenha funções de concepção e aplicação em qualquer das seguintes áreas: Gestão e arquitectura de sistemas de informação; Infraestruturas tecnológicas e engenharia de software. (ver especificações na referida Portaria). Incumbe ainda ao pessoal integrado nesta carreira as seguintes tarefas, nas respectivas áreas de especialidade: colaborar na definição de políticas, no desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, na modelização de testes e na avaliação de protótipos e na realização de actividades de consultoria e auditoria especializada; - estudar o impacto dos sistemas e das tecnologias de informação na organização do trabalho e no sistema organizacional, propondo medidas adequadas para a introdução de inovações na organização e funcionamento dos serviços e para a formação dos utilizadores de informática: - participar no planeamento e no controlo de projectos informáticos.						1	1					0					0
	Técnico de Informática de Grau 1	(Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março e Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril) Desempenha funções numa das seguintes áreas funcionais: infra-estruturas tecnológicas e engenharia de software, conforme especificações no n.º 3 da Portaria referida.						1	1					0					0
Técnico de Informática de Grau 2							2	2					0				0		
Encarregado de pessoal auxiliar (carreira subsistente)	Encarregado de pessoal auxiliar (carreira subsistente)	(Despacho n.º 4/88, publicado na II série do DR de 06 de Abril de 1989) Controla e coordena as tarefas exercidas pelos funcionários que integram as carreiras e categorias do grupo de pessoal auxiliar, distribuindo tarefas; Zela pelo cumprimento das normas de serviço;						1	1					0					0
Fiscal de Obras (carreira não revista)	Fiscal de Obras (carreira não revista)	(Despacho n.º 38/88, publicado na II série do DR de 36 de Janeiro de 1989) Fiscaliza os trabalhos realizados na via pública, por empresas concessionárias e outras, de acordo com o regulamento de obras na via pública, efectuando as medições necessárias; Informa os processos que lhe são distribuídos; Obtém todas as informações de interesse para os serviços onde está colocado, através de observação directa no local; Verifica e controla as autorizações e licenças para a execução dos trabalhos; Vistoria prédios, informando sobre o seu estado de conservação.						3	3					0					0
Fiscal Municipal (carreira não revista)	Fiscal Municipal Especialista	(Despacho SEALOT n.º29/94, publicado no Diário da República n.º 110, de 12 de Maio de 1994) Fiscalizar e fazer cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a área de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua actuação específica.						1	1					0					0
	Fiscal Municipal Especialista Principal							1	1					0				0	
Total Geral					6	2	6	204	218	2	3	1	2	8	18	2	7	3	30
Eleitos Locais																			
Chefe de Gabinete					1				1					0					0
Adjunto da Presidência					1				1					0					0
Secretários					3				3					0					0



A – ESTUDO DO IMPACTO FINANCEIRO DO MAPA DE PESSOAL PARA 2012

Na execução do presente estudo consideraram-se os seguintes pressupostos:

- i. Remunerações certas e permanentes
- ii. Análise reportada a 31 de Outubro de 2011
- iii. As despesas consideradas referem-se a um período anual, mesmo que um funcionário tenha exercido funções parcialmente no respectivo ano.

No que respeita a 2012, cumpre salientar o seguinte:

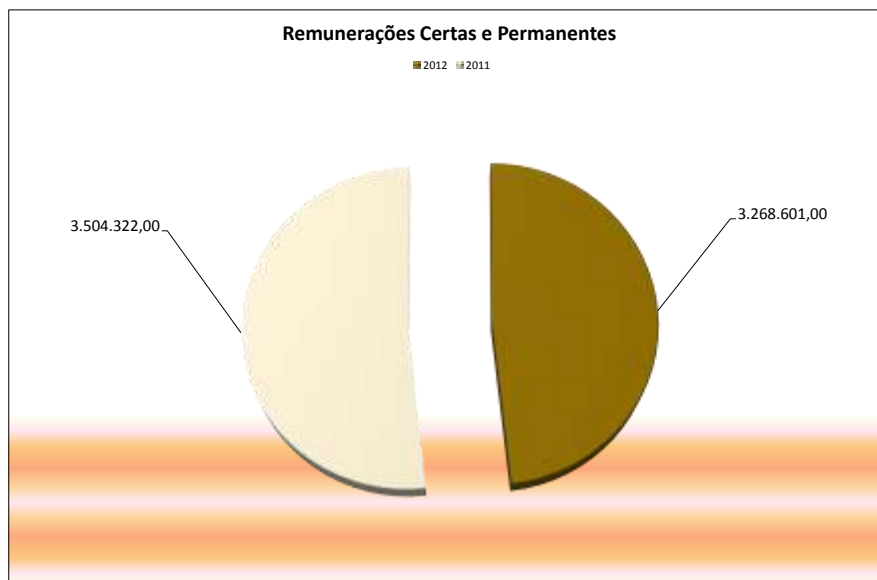
- i. No que respeita ao exercício de funções com vínculo laboral indeterminável, verifica-se um acréscimo na despesa de 12%, fruto da proposta de mobilidade de 3 elementos dos SMAH, bem como pela anualização das novas contratações de 2011, incluindo a cessação de contratos a termo.
- ii. Inclui-se ainda a contratação por tempo indeterminável de 5 assistentes operacionais, 2 assistentes técnicos e um técnico superior para os recursos humanos e um eng^o Civil.
- iii. As contratações a termo sofrem um decréscimo de 41,5% resultante das novas contratações por tempo indeterminado, no decorrer de 2011.
- iv. Considerando a proposta de Orçamento de Estado para 2012, o presente estudo não contempla aumentos salariais, alterações de posição remuneratória e prémios de desempenho e efectiva a redução nos subsídios de férias e de Natal (€ - 398.191,45).

Face ao acima exposto e tendo em linha de conta os dados apresentados nos gráficos a seguir discriminados, conclui-se, em termos de análise comparativa, que a despesa com os recursos humanos para 2012 sofre um decréscimo real de 0,70% relativamente a 2011.

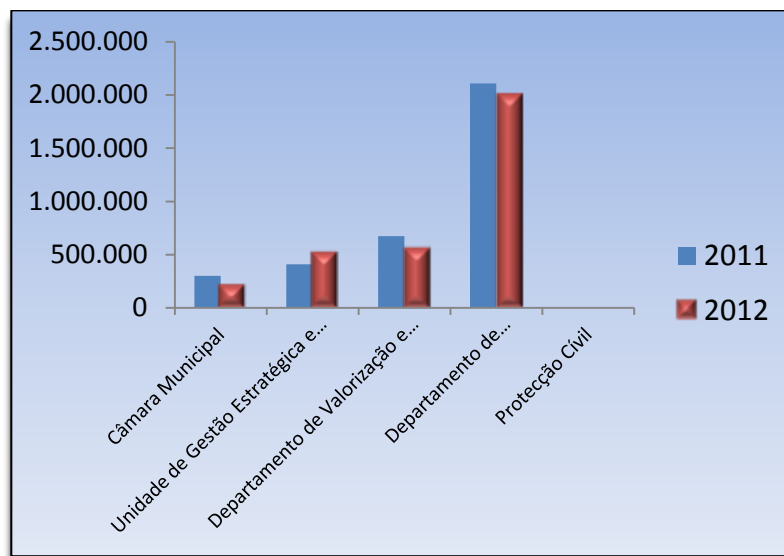




COMPARATIVO 2011 - 2012

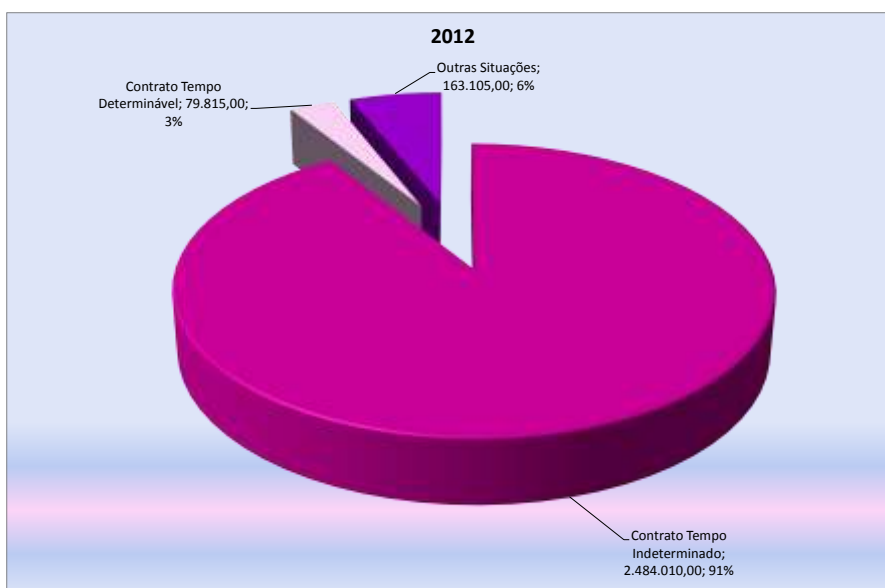
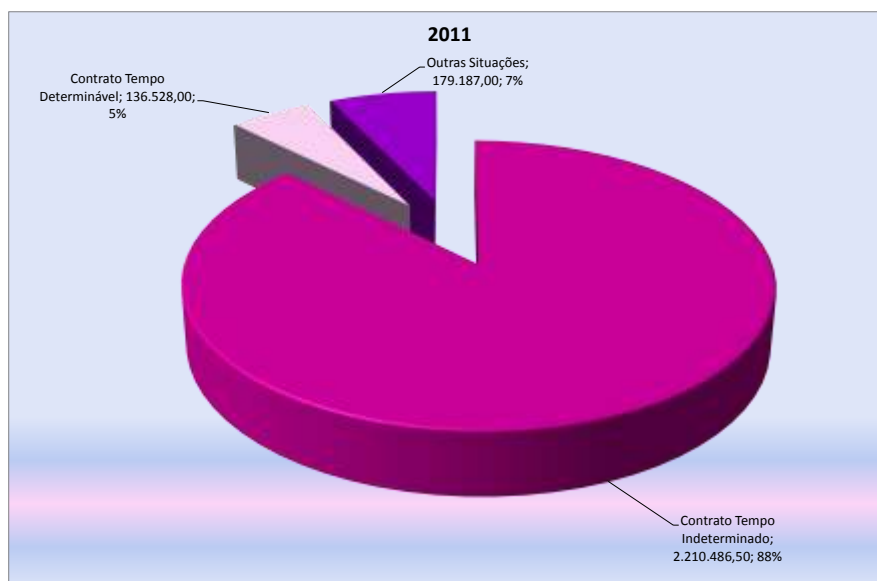


Distribuição da despesa com recursos humanos por orgânicas



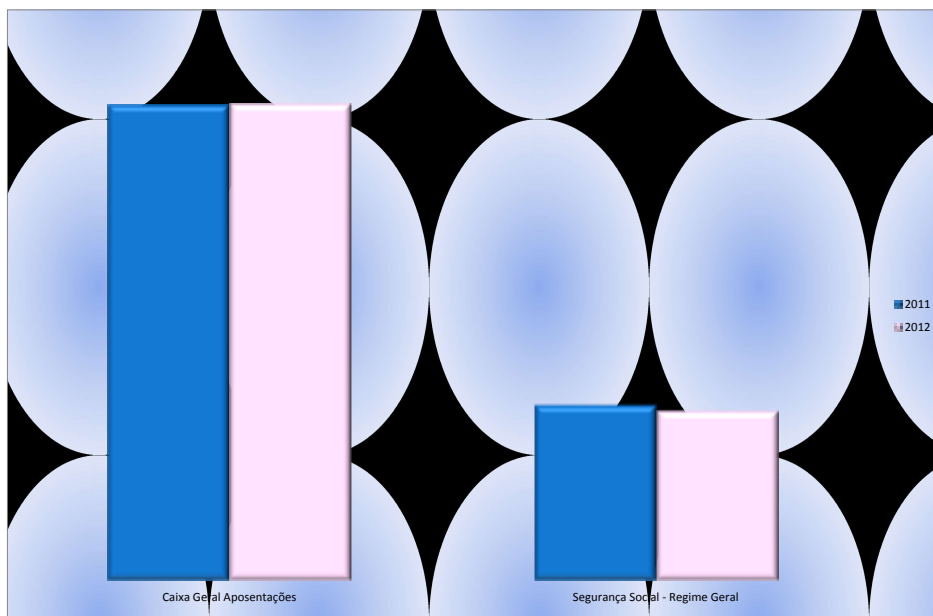


Distribuição da Despesa com Recursos Humanos por Vínculo





Encargos com a Segurança Social dos Funcionários Públicos





4 - Proposta de Aprovação de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal

Solicita-se assim a aprovação pela Assembleia Municipal, dos documentos acima referenciados, nos termos da al. c) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, bem como do n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

O Orçamento importa, tanto na receita como na despesa, o total de 21.070.757,00 (vinte e um milhões, e setenta mil setecentos e cinquenta e sete) Euros.

Acrescendo o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para cumprimento do ponto 2.3.2 do POCAL, o Orçamento Global importa em € 28.481.617,00 (vinte oito milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e seiscentos e dezassete) Euro.

As Grandes Opções do Plano importam em € 12.830.487,00 (doze milhões, oitocentos e trinta mil e quatrocentos e oitenta e sete euros).

Este documento contém 51 folhas, devidamente numeradas e rubricadas.

ORGÃO EXECUTIVO

Emdede

.....
.....
.....
.....
.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Emdede

.....
.....
.....

